

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

1	DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	35
1.1	Introdução .....	35
1.2	Natureza jurídica da execução penal .....	36
1.3	Princípios regentes .....	36
1.3.1	Princípio da humanidade das penas .....	36
1.3.2	Princípio da legalidade.....	37
1.3.3	Princípio da jurisdicionalidade.....	38
1.3.4	Princípio do contraditório e ampla defesa .....	38
1.3.5	Princípio da igualdade .....	40
1.3.6	Princípio da individualização das penas .....	41
1.4	Participação da comunidade .....	42
1.5	Espécie de execução .....	42
1.5.1	Execução definitiva .....	42
1.5.2	Execução provisória .....	43
1.5.2.1	Execução provisória da pena restritiva de direitos .....	47
1.5.2.2	Execução provisória da suspensão condicional da pena .....	47
2	DO CONDENADO E DO INTERNADO.....	49
2.1	Da classificação .....	49
2.1.1	Finalidade.....	49
2.1.2	Exame criminológico classificatório .....	50

2.1.3	Identificação do perfil genético .....	51
2.2	Da assistência.....	54
2.2.1	Disposições gerais .....	54
2.2.2	Da assistência material.....	55
2.2.3	Da assistência à saúde .....	57
2.2.4	Da assistência jurídica .....	59
2.2.5	Da assistência educacional .....	59
2.2.6	Da assistência social .....	61
2.2.7	Da assistência religiosa .....	61
2.2.8	Da assistência ao egresso.....	63
2.3	Do trabalho .....	63
2.3.1	Disposições gerais .....	63
2.3.2	Do trabalho interno.....	65
2.3.3	Do trabalho externo .....	68
2.4	Deveres e direitos dos sentenciados .....	71
2.4.1	Dos deveres.....	71
2.4.2	Dos direitos.....	71
2.4.2.1	Alimentação suficiente e vestuário .....	72
2.4.2.2	Atribuição de trabalho e sua remuneração ....	72
2.4.2.3	Previdência social .....	72
2.4.2.4	Constituição de pecúlio .....	72
2.4.2.5	Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação .....	73
2.4.2.6	Exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.....	73
2.4.2.7	Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa .....	73
2.4.2.8	Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.....	73
2.4.2.9	Entrevista pessoal e reservada com o advogado.....	74

2.4.2.10	Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados .....	75
2.4.2.11	O direito de visita e a revista vexatória .....	82
2.4.2.12	Chamamento nominal .....	85
2.4.2.13	Igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena .....	86
2.4.2.14	Audiência especial com o diretor do estabelecimento .....	86
2.4.2.15	Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito .....	86
2.4.2.16	Contato com o mundo exterior .....	87
2.4.2.17	Atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente .....	87
2.4.2.18	Liberdade de contratar médico de confiança pessoal .....	88
2.5	Da disciplina .....	89
2.5.1	Disposições gerais .....	89
2.5.2	Princípios .....	90
2.5.2.1	Princípio da legalidade .....	90
2.5.2.2	Princípio da vedação das sanções cruéis e desumanas .....	90
2.5.2.3	Princípio da individualização das sanções disciplinares .....	90
2.5.2.4	Princípio da proporcionalidade das sanções disciplinares .....	92
2.5.2.5	Princípio da proibição de sanções perpétuas .	92
2.5.3	Ciência das normas disciplinares .....	93
2.5.4	Poder disciplinar .....	93
2.5.5	Obrigatoriedade da comunicação .....	94
2.5.6	Das faltas disciplinares .....	95
2.5.6.1	Classificação .....	95
2.5.6.2	Competência legislativa .....	95
2.5.6.3	Da tentativa .....	96

2.5.6.4	Das faltas graves na pena privativa de liberdade .....	96
2.5.6.5	Das faltas graves na pena restritiva de direitos .....	110
2.5.6.6	Necessidade de oitiva do sentenciado.....	110
2.5.6.7	Consequências do reconhecimento da falta grave .....	113
2.5.6.8	Perda dos dias remidos .....	114
2.5.6.9	Interrupção dos lapsos .....	114
2.5.6.10	Prescrição das faltas disciplinares .....	116
2.5.6.11	Reabilitação das faltas disciplinares .....	119
2.5.6.12	Regime disciplinar diferenciado – RDD .....	123
2.5.7	Das sanções e das recompensas .....	128
2.5.7.1	Sanções disciplinares .....	128
2.5.7.2	Recompensas .....	129
2.5.8	Do procedimento disciplinar .....	130
2.5.8.1	Nulidade por falta de citação/intimação pessoal do sentenciado .....	135
2.5.8.2	Nulidade por falta de defesa técnica.....	136
2.5.8.3	Palavras dos agentes penitenciários como meio de prova .....	137
2.5.8.4	Quebra de sigilo de dados de celular .....	138
2.5.8.5	Abertura de encomendas, sem autorização judicial .....	139
3	DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL .....	141
3.1	Disposições Gerais.....	141
3.2	Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária .....	141
3.3	Do juízo da execução.....	142
3.3.1	Aplicar lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado .....	146
3.3.2	Declarar a extinção da punibilidade .....	148
3.3.3	Determinar a soma ou unificação de penas.....	148
3.3.4	Declarar a progressão ou regressão de regime .....	148

3.3.5	Declarar a detração e remição da pena .....	149
3.3.6	Suspensão condicional da pena.....	150
3.3.7	Declarar o livramento condicional.....	152
3.3.8	Processar incidentes da execução .....	152
3.3.9	Autorizar saídas temporárias.....	152
3.3.10	Determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos .....	152
3.3.11	Determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	152
3.3.12	Determinar a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	153
3.3.13	Determinar a aplicação e revogação da medida de segurança bem como a substituição da pena por medida de segurança .....	153
3.3.14	Determinar a desinternação e o restabelecimento da internação .....	154
3.3.15	Determinar a utilização do equipamento de monitoração eletrônica .....	154
3.3.16	Determinar o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca.....	154
3.3.17	Fiscalizar o cumprimento da pena e da medida de segurança .....	155
3.3.18	Fiscalizar estabelecimentos prisionais e de internação..	156
3.3.19	Compor e instalar o Conselho da Comunidade .....	159
3.3.20	Emitir anualmente atestado de pena a cumprir .....	159
3.4	Do Ministério Público .....	159
3.5	Do Conselho Penitenciário .....	160
3.6	Dos Departamentos Penitenciários .....	162
3.6.1	Do Departamento Penitenciário Nacional.....	162
3.6.2	Do Departamento Penitenciário Local .....	163
3.6.3	Da direção e do pessoal dos estabelecimentos penais....	163
3.7	Do patronato.....	164
3.8	Do conselho da comunidade.....	164
3.9	Da Defensoria Pública .....	164

4	DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS .....	169
4.1	Disposições Gerais.....	169
4.2	Terceirização das atividades .....	170
4.3	Separação dos presos .....	171
4.3.1	A questão da orientação sexual e identidade de gênero no sistema prisional – Princípios de Yogyakarta.....	172
4.4	Capacidade máxima .....	178
4.5	Execução em outra unidade federativa .....	178
4.6	Da penitenciária.....	182
4.7	Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	183
4.8	Da casa do albergado .....	185
4.9	Do centro de observação .....	186
4.10	Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	186
4.11	Da cadeia pública .....	189
4.12	Prisão domiciliar .....	190
4.12.1	Prisão domiciliar de natureza processual.....	190
4.12.2	Prisão domiciliar de natureza penal .....	191
4.13	Estabelecimentos penais de segurança máxima .....	199
5	DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE.....	205
5.1	Os autos da execução PENAL.....	205
5.1.1	Introdução .....	205
5.1.2	Guia de recolhimento/execução internação .....	206
5.1.3	Fixação da competência .....	211
5.1.4	Roteiro de penas .....	215
5.1.5	Extinção da pena.....	219
5.2	Das penas privativas de liberdade.....	221
5.2.1	Considerações iniciais .....	221
5.2.2	Dos regimes prisionais .....	222
5.2.2.1	Regime fechado .....	222
5.2.2.2	Regime semiaberto .....	223
5.2.2.3	Regime aberto .....	225

5.2.2.4	Sentença omissa quanto ao regime inicial .....	230
5.2.2.5	Aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	230
5.2.2.6	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados.....	231
5.2.2.7	Regime inicial do tráfico privilegiado .....	233
5.2.3	Da progressão de regime .....	238
5.2.3.1	Introdução.....	238
5.2.3.2	Requisito objetivo da progressão nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19 .....	240
5.2.3.3	Requisito objetivo da progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07.....	240
5.2.3.4	Requisito objetivo da progressão nos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19 .....	241
5.2.3.5	Progressão especial.....	242
5.2.3.6	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19.....	246
5.2.3.7	Requisito objetivo da progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19 .....	247
5.2.3.8	Progressão sem o preenchimento do requisito objetivo.....	254
5.2.3.9	Da progressão por salto.....	254
5.2.3.10	Requisito subjetivo da progressão de regime .	254
5.2.3.11	Vedação à progressão de regime.....	261
5.2.3.12	Progressão para condenados por crimes com diversas frações.....	261
5.2.3.13	Progressão nas condenações superiores a 40 anos.....	263
5.2.3.14	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão .....	263
5.2.3.15	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime .....	265
5.2.3.16	Recolhimento domiciliar noturno como marco inicial para progressão de regime .....	266

5.2.3.17	Data-base para a progressão ao regime aberto .....	266
5.2.3.18	Data-base para progressão ao regime aberto a partir do último exame criminológico favorável.....	268
5.2.3.19	Data-base para progressão a partir da falta grave .....	269
5.2.3.20	Data-base para progressão a partir da reabilitação da falta grave .....	270
5.2.3.21	Data-base para progressão a partir da soma/unificação das penas .....	270
5.2.3.22	Pagamento da multa penal como condição da progressão .....	271
5.2.3.23	Progressão de regime e preso estrangeiro.....	273
5.2.3.24	Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima .....	274
5.2.3.25	Progressão nos crimes praticados contra a Administração Pública .....	275
5.2.3.26	Gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir.....	277
5.2.3.27	Coleta de material genético como condição à progressão .....	277
5.2.3.28	Progressão para os crimes previstos na Lei de Drogas .....	278
5.2.3.29	Procedimento .....	278
5.2.4	Da regressão de regime .....	283
5.2.4.1	Oitiva do sentenciado .....	285
5.2.4.2	Procedimento para regressão de regime.....	287
5.2.5	Soma e unificação de penas.....	287
5.2.5.1	Soma e unificação de penas privativa de liberdade e restritiva de direitos .....	289
5.2.5.2	Soma e unificação de pena de reclusão e detenção.....	292
5.2.5.3	Soma e unificação e interrupção da contagem de lapso para progressão.....	294

---

5.2.5.4	Soma e unificação e incluindo pena extinta ...	295
5.2.6	Das autorizações de saída .....	297
5.2.6.1	Da permissão de saída.....	297
5.2.6.2	Da saída temporária.....	298
5.2.6.3	Quadro comparativo permissão de saída vs. saída temporária.....	307
5.2.7	Da remição .....	307
5.2.7.1	Conceito e generalidades .....	307
5.2.7.2	Espécies de remição .....	318
5.2.7.3	Remição pelas práticas sociais educativas.....	319
5.2.7.4	Remição pela leitura de obras literárias.....	325
5.2.7.5	Remição e preso provisório .....	327
5.2.7.6	Remição por trabalho realizado antes do cometimento do crime .....	327
5.2.7.7	Impossibilidade de trabalhar por acidente e gravidez.....	328
5.2.7.8	Remição e detração penal .....	330
5.2.7.9	Perda dos dias declarados remidos .....	331
5.2.7.10	Remição ficta por falta de trabalho.....	333
5.2.8	Da detração .....	334
5.2.8.1	Conceito e competência para declarar .....	334
5.2.8.2	Detração e penas restritivas de direitos .....	336
5.2.8.3	Detração e pena de multa.....	337
5.2.8.4	Detração e suspensão condicional da pena ....	337
5.2.8.5	Detração e prescrição.....	337
5.2.8.6	Detração e prisão processual em outro processo.....	338
5.2.8.7	Detração e medidas cautelares diversas da prisão .....	340
5.2.8.8	Detração por cumprimento da pena em condições degradantes.....	341
5.2.8.9	Detração analógica virtual .....	346
5.2.9	Do livramento condicional .....	347

5.2.9.1	Introdução.....	347
5.2.9.2	Requisitos .....	347
5.2.9.3	Vedação legal ao livramento condicional.....	356
5.2.9.4	Prazo para condenações superiores a 40 anos..	356
5.2.9.5	Requisitos na Lei nº 11.343/06 .....	358
5.2.9.6	Procedimento .....	360
5.2.9.7	Condições .....	362
5.2.9.8	Revogação .....	362
5.2.9.9	Suspensão do livramento .....	363
5.2.9.10	Extinção da pena .....	364
5.2.9.11	Novo crime durante o período de prova.....	365
5.2.10	Da monitoração eletrônica .....	366
5.3	Das penas restritivas de direitos .....	371
5.3.1	Disposições gerais .....	371
5.3.2	Modificação da pena imposta .....	372
5.3.3	Da reconversão da pena restritiva direitos em privativa de liberdade.....	374
5.3.4	Das penas alternativas em espécie.....	374
5.3.4.1	Da prestação pecuniária.....	374
5.3.4.2	Da perda de bens e valores .....	375
5.3.4.3	Da limitação de fim de semana.....	376
5.3.4.4	Da prestação de serviços à comunidade .....	376
5.3.4.5	Da interdição temporária de direitos .....	377
5.3.5	Medida cautelar de arresto e prestação pecuniária .....	377
5.3.6	Penas restritivas de direitos e suspensão dos direitos políticos .....	377
5.3.7	Penas restritivas de direitos durante a pandemia .....	378
5.4	Da suspensão condicional da pena.....	378
5.4.1	Considerações gerais.....	378
5.4.2	Requisitos .....	379
5.4.3	Período de suspensão.....	380

5.4.4	Procedimento .....	380
5.4.5	Condições .....	381
5.4.6	Causas de revogação .....	382
5.4.7	Cassação .....	383
5.4.8	Consequência da revogação e cassação do <i>sursis</i> .....	383
5.4.9	Prorrogação do período de prova .....	383
5.4.10	Prescrição e <i>sursis</i> .....	383
5.5	Da pena de multa .....	385
5.5.1	Do pagamento voluntário da multa .....	385
5.5.2	Da impossibilidade de conversão em pena privativa de liberdade .....	385
5.5.3	Da atualização da multa.....	386
5.5.4	Do prazo para pagamento e pedido de parcelamento ...	387
5.5.5	Da legitimidade e da competência para a execução da pena de multa .....	388
5.5.6	Da penhora de bens do executado .....	391
5.5.7	Prescrição da pena de multa.....	395
5.5.8	Superveniência de doença mental.....	395
5.5.9	Desconto em folha de pagamento.....	395
5.5.10	Da pena de multa e a extinção da punibilidade.....	397
5.5.11	A execução forçada da pena de multa e o princípio da insignificância .....	399
5.6	Do acordo de não persecução penal.....	400
5.6.1	Generalidades.....	400
5.6.2	Requisitos .....	400
5.6.3	Direito subjetivo do acusado .....	401
5.6.4	Condições .....	402
5.6.5	Competência para fiscalizar.....	403
5.6.6	Competência para escolha da instituição beneficiária dos valores .....	403
5.7	Da reabilitação criminal .....	404
5.7.1	Conceito, requisitos e generalidades.....	404

5.7.2	Falta de utilidade prática.....	405
5.7.3	Registro criminais .....	405
6	DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	407
6.1	Disposições gerais .....	407
6.2	Sistemas de aplicação da medida de segurança.....	407
6.3	Regramento aplicável.....	408
6.4	Espécies de medida de segurança .....	409
6.5	Guia de execução da medida de segurança .....	410
6.6	Exame criminológico.....	411
6.7	Múltiplas medidas de segurança.....	411
6.8	Detração e execução provisória .....	411
6.9	Extinção da medida de segurança.....	412
6.9.1	Da cessação da periculosidade .....	413
6.9.2	Prazo máximo da medida de segurança.....	415
7	DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	419
7.1	Das conversões.....	419
7.1.1	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	419
7.1.2	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	420
7.1.3	Conversão da pena de multa em privativa de liberdade	423
7.1.4	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança.....	423
7.1.4.1	Hipóteses de conversão .....	423
7.1.4.2	Legitimados a requerer a conversão .....	424
7.1.4.3	Procedimento da conversão .....	425
7.1.5	Substituição do tratamento ambulatorial em internação .....	426
7.2	Do excesso ou desvio.....	426
7.3	Anistia, Graça e indulto .....	427
7.3.1	Considerações gerais.....	427
7.3.2	Anistia .....	427

---

7.3.2.1	Conceito e generalidades .....	427
7.3.2.2	Classificação .....	428
7.3.2.3	Vedação constitucional .....	428
7.3.2.4	Efeitos civis.....	428
7.3.3	Indulto individual .....	429
7.3.3.1	Conceito e generalidades .....	429
7.3.3.2	Classificação .....	429
7.3.3.3	Vedação constitucional .....	429
7.3.3.4	Procedimento .....	429
7.3.4	Indulto coletivo.....	430
7.3.4.1	Conceito e generalidades .....	430
7.3.4.2	Classificação .....	431
7.3.4.3	Vedação constitucional .....	431
7.3.4.4	Procedimento .....	433
7.3.5	Comutação de penas .....	434
7.3.6	Pontos relevantes do indulto/comutação de penas .....	434
7.3.6.1	Consequências da falta grave no indulto .....	434
7.3.6.2	Efeitos secundários penais e extrapenais .....	435
7.3.6.3	Condenados por crimes comum e hediondo ..	435
7.3.6.4	Indulto humanitário .....	437
7.3.6.5	Indulto sobre penas comutadas.....	440
7.3.6.6	Superveniência de condenação não altera data-base do indulto/comutação.....	440
7.3.6.7	A interpretação do decreto de indulto .....	442
7.3.6.8	Natureza declaratória da sentença que concede indulto/comutação.....	443
7.3.6.9	Descumprimento das condições do livramento condicional e o direito ao indulto	444
7.3.6.10	Indulto e período de detração penal.....	445
7.3.6.11	Indulto e medida de segurança .....	447
7.3.6.12	Indulto e exame criminológico.....	448

7.3.6.13	Indulto e período de suspensão condicional da pena.....	449
8	DO PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	451
8.1	Disposições gerais .....	451
9	DO RECURSO E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....	453
9.1	Do agravo em execução .....	453
9.1.1	Cabimento .....	453
9.1.2	Efeito suspensivo .....	453
9.1.3	Legitimidade.....	454
9.1.4	Rito processual aplicável .....	455
9.2	Do <i>habeas corpus</i> .....	459
9.2.1	Previsão legal.....	459
9.2.2	Espécies .....	460
9.2.3	Interesse de agir.....	460
9.2.3.1	Pena de multa .....	465
9.2.3.2	Pena privativa de liberdade já declarada extinta .....	466
9.2.3.3	Pena restritiva de direitos, ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo ...	466
9.2.3.4	Progressão de regime prisional .....	466
9.2.3.5	Falta de vaga em regime semiaberto .....	466
9.2.3.6	Decisão que indefere <i>habeas corpus</i> .....	467
9.2.3.7	Decisão que indefere liminar em <i>habeas corpus</i> .....	468
9.2.3.8	Exercício de direito de visitas em unidade prisional .....	469
9.2.3.9	Excesso de prazo no julgamento do <i>habeas corpus</i> .....	470
9.2.3.10	<i>Habeas corpus</i> contra lei em tese .....	470
9.2.3.11	Estabelecimento inadequado ao cumprimento de medida de segurança .....	471
9.2.4	Legitimidade.....	473
9.2.4.1	Legitimidade ativa .....	473

9.2.4.2	<i>Habeas corpus</i> de ofício .....	475
9.2.4.3	Legitimado passivo .....	476
9.2.4.4	<i>Habeas corpus</i> coletivo .....	476
9.2.5	Requisitos da petição inicial .....	484
9.2.6	Prazo .....	485
9.2.7	Custas processuais .....	485
9.2.8	Competência .....	485
9.2.9	Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	486
9.2.10	<i>Habeas corpus</i> prejudicado .....	487
9.2.11	Desistência.....	487
9.2.12	Informações da autoridade coatora .....	487
9.2.13	Provas.....	488
9.2.14	Sustentação oral .....	489
9.2.15	Efeito extensivo.....	489
9.2.16	Procedimento .....	491
9.3	Do mandado de segurança .....	491
9.3.1	Previsão legal.....	491
9.3.2	Espécies .....	491
9.3.3	Quando utilizar.....	491
9.3.4	Procedimento .....	492
9.4	Da revisão criminal .....	493
9.4.1	Disposições gerais .....	493
9.4.2	Natureza jurídica .....	494
9.4.3	Previsão constitucional .....	495
9.4.4	Pedidos da revisão criminal.....	495
9.4.5	Legitimidade ativa .....	497
9.4.6	Legitimidade passiva.....	498
9.4.7	Prazo .....	499
9.4.8	Ônus da prova.....	499
9.4.9	Sentença condenatória e absolutória imprópria .....	499
9.4.10	Sentença absolutória.....	500

9.4.11	Sentença de extinção da punibilidade .....	500
9.4.12	Sentença que concede perdão judicial .....	501
9.4.13	Sentença prolatada com base em documento falso .....	501
9.4.14	Sentença homologatória de transação penal e suspensão condicional do processo .....	501
9.4.15	Sentença do tribunal do júri .....	502
9.4.16	Hipóteses de cabimento .....	504
9.4.17	Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos .....	504
9.4.18	Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos .....	507
9.4.19	Novas provas da inocência do sentenciado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena .....	507
9.4.20	Nulidade absoluta do processo .....	510
9.4.21	Reiteração de pedido .....	511
9.4.22	Procedimento .....	511
10	DA PRESCRIÇÃO .....	517
10.1	Considerações iniciais .....	517
10.2	Prescrição da pretensão executória .....	518
10.3	Prescrição das faltas disciplinares .....	523

## PARTE II

**MODELOS DE PETIÇÕES**

1	AGRAVO EM EXECUÇÃO .....	529
1.1	Bloqueio de conta – multa penal – impenhorabilidade .....	529
1.2	Decisão que determina a realização obrigatória de exame criminológico com base na Lei nº 14.843/24 .....	535
1.3	decisão que suspende livramento condicional e determina a regressão de regime .....	540
1.4	Falta de fundamentação – perda de dias remidos .....	544
1.5	Falta grave por posse de aparelho de tatuagem .....	547

1.6	Falta grave por posse de bilhete proibido .....	552
1.7	Indeferimento de extinção da punibilidade por não pagamento de multa.....	556
1.8	Indeferimento de comutação – crime hediondo antes da Lei nº 8.072/90.....	560
1.9	Indeferimento de indulto com base em falta posterior .....	562
1.10	Indeferimento de indulto – Decreto nº 11.302/22 .....	565
1.11	Indeferimento de indulto – Decreto nº 11.302/22 – Tráfico privilegiado.....	568
1.12	Indeferimento de livramento condicional – MODELO 1 .....	572
1.13	Indeferimento de livramento condicional – MODELO 2 .....	575
1.14	Indeferimento de livramento condicional ao reincidente em tráfico privilegiado .....	578
1.15	Indeferimento de progressão de regime – MODELO 1.....	582
1.16	Indeferimento de progressão de regime – MODELO 2.....	586
1.17	Indeferimento de progressão de regime – MODELO 3.....	589
1.18	Indeferimento de progressão de regime – MODELO 4.....	592
1.19	Indeferimento de progressão de regime – MODELO 5.....	595
1.20	Indeferimento de substituição de pena restritiva de direitos .....	598
1.21	Indeferimento de unificação de penas – crime continuado.....	601
1.22	Indeferimento de visita de companheira – vítima de violência doméstica .....	604
1.23	Indeferimento de visita de irmão.....	608
1.24	Modificação da data-base para progressão ao regime aberto.....	612
1.25	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	616
1.26	Regressão de regime sem oitiva do sentenciado.....	620
1.27	Retificação do cálculo – falta grave não interrompendo lapso para LC e indulto.....	624
1.28	Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19.....	627
1.29	Unificação de penas – reclusão e detenção .....	631
2	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL .....	635
2.1	Decisão que não admite Resp por indeferimento de LC.....	635

3	COTAS .....	639
3.1	Aplicação da Súmula Vinculante nº 56 do STF .....	639
3.2	Certidão atualizada do novo processo criminal.....	640
3.3	Ciência do cálculo de penas.....	641
3.4	Expedição dos ofícios de praxe e intimação por edital.....	642
3.5	Formação de expediente de progressão de regime prisional.....	643
3.6	Pedido de atualização do cálculo de penas.....	644
3.7	Pedido de elaboração do cálculo de penas .....	645
3.8	Pedido de elaboração do cálculo prescricional.....	646
3.9	Pedido de extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa .....	647
3.10	Pedido de ofício à unidade prisional para juntada de grade de remição.....	648
3.11	Pedido de ofício à unidade prisional para juntada de procedimento disciplinar.....	649
3.12	Pedido de prazo para manifestação .....	650
3.13	pedido de substituição da pena restritiva de direitos.....	651
3.14	Remessa da execução ao juízo competente .....	652
3.15	Soma das penas.....	653
3.16	Vinda da nova guia de recolhimento.....	654
4	COMUTAÇÃO DE PENAS .....	655
4.1	Comutação com base no Decreto Presidencial 9.246/2017 .....	655
5	CONTRAMINUTA DE AGRAVO EM EXECUÇÃO .....	657
5.1	Progressão de regime prisional.....	657
5.2	Progressão de regime prisional condicionada ao pagamento da multa penal.....	660
5.3	Progressão de regime prisional especial.....	664
6	CONTRARRAZÕES DE RECURSO ESPECIAL .....	669
6.1	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade por incompatibilidade.....	669
6.2	Regressão de regime – lapso regime aberto a contar do exame criminológico favorável.....	673

7	DEFESAS DISCIPLINARES.....	677
7.1	Dano – confissão isolada.....	677
7.2	Desobediência – prescrição .....	681
7.3	Fuga durante saída temporária.....	685
7.4	Retorno atrasado de saída temporária .....	688
7.5	Sedex sem identificação contendo chip de celular.....	692
7.6	Violação de monitoração eletrônica.....	696
8	DIREITOS DO PRESO .....	699
8.1	Autorização de visitas – companheira menor de idade .....	699
8.2	Autorização de visitas – genitora vítima de violência doméstica praticada pelo preso .....	701
8.3	Autorização de visitas – suspensão por suposto envio de sedex contendo celular .....	702
8.4	Pedido de decretação de Segredo de Justiça .....	703
8.5	Pedido de emissão de atestado de permanência carcerária .....	704
8.6	Pedido de informações sobre restrição de visitas.....	705
9	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	707
9.1	Omissão do acórdão .....	707
9.2	Omissão sobre desbloqueio de conta bancária .....	711
10	EMBARGOS INFRINGENTES .....	713
10.1	Decisão não unânime em agravo em execução.....	713
11	<i>HABEAS CORPUS</i> .....	717
11.1	STJ – Erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado .....	717
11.2	STJ – Indeferimento de indulto ao tráfico privilegiado.....	721
11.3	STJ – Indeferimento de lc com base na gravidade do crime e longevidade da pena .....	724
11.4	STJ – modificação da data-base para progressão ao regime aberto .....	727
11.5	STJ – Modificação da data-base para progressão ao regime aberto a partir do exame criminológico .....	731
11.6	STJ – Regressão para realizar exame criminológico da progressão – sentenciado em livramento .....	734

11.7	STJ – Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19.....	736
11.8	TJ – Excesso de prazo na expedição da guia de recolhimento .....	739
11.9	TJ – Extinção de medida de segurança.....	741
11.10	TJ – Falta de vaga em regime semiaberto.....	745
11.11	TJ – Fixação de pena restritiva de direitos como condição especial do regime aberto.....	747
11.12	TJ – Prorrogação da medida de segurança .....	751
11.13	TJ – indeferimento de comutação com base em falta média .....	755
11.14	TJ – Prorrogação do regime aberto por falta de comparecimento	759
11.15	Reconversão da PRD em PPL sem oitiva do sentenciado.....	762
11.16	TJ – Revogação do LC acumulado com regressão de regime e perda dos dias remidos.....	765
12	INDULTO DE PENAS.....	769
12.1	Indulto com base no Decreto Presidencial 9.246/2017 .....	769
13	LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	771
13.1	Pedido de emissão de boletim informativo e atestado de conduta carcerária .....	771
13.2	Pedido de extinção do livramento condicional por depuração do período de prova .....	772
13.3	Pedido de livramento condicional.....	773
14	MANDADO DE SEGURANÇA .....	775
14.1	Direito de visitas .....	775
15	PETIÇÕES DIVERSAS .....	779
15.1	Aplicação de lei nova mais benéfica – estatuto do desarmamento .....	779
15.2	Falta de vaga em regime semiaberto.....	782
15.3	Desarquivamento de processo .....	783
15.4	Impugnação ao cálculo da prescrição da pretensão executória – termo inicial.....	784
15.5	Impugnação ao cálculo de penas – Crime comum e hediondo ....	786

15.6	Impugnação ao cálculo de penas – data-base para progressão ao regime aberto.....	787
15.7	Impugnação ao cálculo de penas – Falta grave não interrompe lapso para indulto e livramento condicional .....	788
15.8	Impugnação ao cálculo de penas – frações de crimes hediondos após o pacote anticrime.....	789
15.9	Impugnação ao cálculo de penas – tráfico privilegiado é crime comum.....	791
15.10	Juntada de procuração.....	792
15.11	Manifestação contra pedido de exame criminológico formulado pelo MP.....	793
15.12	Pedido de declaração da extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa.....	794
15.13	Pedido de prisão domiciliar – preso contaminado pelo covid .....	795
15.14	Quesitos para exame criminológico.....	796
15.15	Requerimento de autuação da guia de recolhimento já expedida	797
15.16	Requerimento de expedição de guia de recolhimento .....	798
16	PROGRESSÃO DE REGIME.....	799
16.1	Manifestação contrária ao pedido de exame criminológico para progressão de regime .....	799
16.2	Pedido de emissão de boletim informativo e atestado de conduta carcerária .....	802
16.3	Pedido de progressão de regime prisional.....	803
17	REABILITAÇÃO CRIMINAL.....	805
17.1	Pedido de reabilitação criminal .....	805
18	RECLAMAÇÃO.....	807
18.1	Descumprimento de decisão de segunda instância.....	807
18.2	Descumprimento do HC N° 596.603 do Superior Tribunal de Justiça.....	809
18.3	Ofensa à Súmula Vinculante n° 56 do STF .....	814
19	RECURSO ESPECIAL .....	817
19.1	Decisão que indefere comutação de penas .....	817

---

19.2	Extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa penal.....	821
19.3	Indulto deve considerar penas comutadas .....	825
19.4	Reconhecimento de crime continuado.....	829
19.5	Unificação de pena restritiva de direitos e privativa de liberdade	833
20	RECURSO EM <i>HABEAS CORPUS</i> .....	837
20.1	Decisão que indefere <i>Habeas Corpus</i> impetrado por excesso de prazo para apreciar progressão de regime .....	837
21	REVISÃO CRIMINAL.....	841
21.1	Erro na dosimetria da pena .....	841
21.2	Atipicidade do artigo 34 da Lei de drogas e erro na dosimetria da pena .....	846
22	SOMA E UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	851
22.1	Manifestação contrária à conversão da PRD em PPL por incompatibilidade .....	851
22.2	Pedido de unificação de penas .....	853
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>855</b>